



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Distribuidora apresentou um lucro líquido de R\$ 91.053 (2023 - R\$ 247.250), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 46,42% (2023 - 133,00%). Em 31 de dezembro de 2024 o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 13,56% (2023 - 14,86%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Distribuidora distribuiu dividendos no montante de R\$ 30.000 (2023 - R\$ 278.000).

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até um representante da Diretoria e dois Membros Independentes e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos

efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no nível do controlador Citigroup Inc. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 27 de março de 2025.

São Paulo, 27 de março de 2025.

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2024	2024	2024	2023
Recetas da intermediação financeira		268.245	495.984	526.990	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	268.245	495.984	526.990	
Resultado da intermediação financeira		268.245	495.984	526.990	
Outras receitas(despesas) operacionais		(291.384)	(349.054)	(113.330)	
Recetas de prestação de serviços	15	20.379	41.059	36.206	
Despesas de pessoal		(8.762)	(17.657)	(18.194)	
Outras despesas administrativas	16	(23.336)	(52.907)	(54.859)	
Despesas tributárias		(15.196)	(29.601)	(31.740)	
Resultado de provisão para passivos contingentes	17.a	(259.608)	(283.253)	(45.030)	
Outras receitas operacionais	17.b	3.093	7.284	8.523	
Outras despesas operacionais	17.b	(7.954)	(13.979)	(8.236)	
Resultado operacional		(23.139)	146.930	413.660	
Resultado não operacional		194	221	-	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(22.945)	147.151	413.660	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18	13.690	(53.955)	(164.346)	
Provisão para imposto de renda		(44.174)	(91.209)	(113.496)	
Provisão para contribuição social		(28.976)	(57.205)	(68.142)	
Ativo fiscal diferido		66.840	94.459	17.292	
Participações no lucro - Empregados		(1.107)	(2.143)	(2.064)	
Lucro líquido		(10.362)	91.053	247.250	
Quantidade de ações	14.a	4.023.359.318	4.023.359.318	4.023.359.318	
Resultado líquido por lote de mil ações (em R\$)		(2,58)	22,63	61,45	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2024	2024	2024	2023
Lucro líquido do período		(10.362)	91.053	247.250	
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:					
Ativos financeiros disponíveis para venda		106	121	35	
Ativos financeiros disponíveis para venda		106	121	35	
Imposto de renda		(70)	(81)	(25)	
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo:					
Plano de benefícios a empregados		-	-	(77)	
Plano de benefícios a empregados		-	-	(130)	
Imposto de renda		-	-	53	
Total do resultado abrangente do período		(10.256)	91.174	247.208	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2024	2024	2024	2023
Atividades operacionais					
Lucro líquido		(10.362)	91.053	247.250	
Ajustes ao lucro líquido		111.767	141.474	48.672	
Amortização e depreciação	16	121	216	126	
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros	17.a	259.610	283.253	45.030	
Outras provisões		(61.124)	(47.536)	20.808	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(86.840)	(94.459)	(17.292)	
Variações em ativos e passivos		(753.271)	(1.307.774)	429.873	
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(7.285)	(14.050)	270.486	
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros		(9.413)	(12.651)	53.514	
(Aumento)/Redução em outros ativos		(5.946)	(18.807)	101.223	
(Aumento)/Redução em outros passivos financeiros		(779.442)	(1.225.918)	37.427	
Aumento em passivos fiscais		65.804	142.048	183.239	
(Aumento)/Redução em outros passivos		376	230	(822)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.342)	(178.603)	(215.194)	
Caixa líquido originado/aplicado em atividades operacionais		(651.866)	(1.075.247)	725.795	
Atividades de investimento					
Aplicações no intangível		-	(153)	(1.252)	
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades de investimentos		-	(153)	(1.252)	
Atividades de financiamento					
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	14.e	(30.000)	(30.000)	(278.000)	
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento		(30.000)	(30.000)	(278.000)	
Aumento/(Redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa		(681.866)	(1.105.400)	446.543	
Modificações na posição financeira					
Início do período		5.581.359	6.004.893	5.558.350	
Fim do período	4	4.899.493	4.899.493	6.004.893	
Aumento/(Redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa		(681.866)	(1.105.400)	446.543	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ii. Apresente histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

I) Plano de incentivos com base em ações

A Distribuidora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

• CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que a Distribuidora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. E reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

m) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelo funcionário durante o ano. A Distribuidora também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Distribuidora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 59, do Banco Central do Brasil - BCB, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superatuários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

l. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

n) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não recorrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 21.e.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	12.714	11.642
Aplicações temporárias em ouro	3.780	1.942
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	4.882.999	5.991.309
Total	4.899.493	6.004.893

continua →

Ativo	Nota	2024		2023	
		2024	2024	2023	2023
Disponibilidades	4	16.494	13.584		
Ativos financeiros		5.037.116	6.118.523		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.882.999	5.991.309		
Aplicações em operações compromissadas		4.882.999	5.991.309		
Títulos e valores mobiliários	6	141.466	127.214		
Carteira própria		141.466	127.214		
Outros ativos financeiros		12.651	-		
Negociação e intermediação de valores	7	12.651	-		
Outros ativos		322.745	208.867		
Rendidas a receber		317	838		
Ativo fiscal corrente	8	155	136		
Ativo fiscal diferido		231.652	136.581		
Diversos	9	90.571	71.219		
Despesas antecipadas		50	93		
Permanente		1.687	1.750		
Investimentos	10	15	15		
Outros investimentos		15	15		
Imobilizado de uso		26	52		
Outras imobilizações de uso		131	131		
(Depreciações acumuladas)		(105)	(79)		
Intangível		1.646	1.683		
Ativos intangíveis		3.101	2.948		
(Amortização acumulada)		(1.455)	(1.265)		
Total do Ativo		5.378.042	6.342.724		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital	Reserva	Reserva	Reservas	Outros resultados			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		81.641	16.330	35.505	-	(4.220)	-	129.256	
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	35	-	35	
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	(77)	-	(77)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	247.250	247.250	
Destinações:									
Reservas	14.b, c e d	-	-	1.250	-	-	(1.250)	-	
Dividendos	14.e	-	-	(32.000)	-	-	(246.000)	(278.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		81.641	16.330	4.755	-	(4.262)	-	98.464	
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	121	-	121	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	91.053	91.053	
Destinações:									
Reservas	14.b, c e d	-	-	59.948	1.105	-	(61.053)	(30.000)	
Dividendos	14.e	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		81.641	16.330	64.703	1.105	(4.141)	-	159.638	
Saldos em 30 de junho de 2024		81.641	16.330	4.755	-	(4.247)	101.415	199.894	
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	106	-	106	
Prejuízo		-	-	-	-	-	(10.362)	(10.362)	
Destinações:									
Reservas	14.b, c e d	-	-	59.948	1.105	-	(61.053)	-	
Dividendos	14.e	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		81.641	16.330	64.703	1.105	(4.141)	-	159.638	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2024	
	Até 3 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	4.882.999	4.882.999
Posição bancada	4.882.999	4.882.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.882.999	4.882.999
Total	4.882.999	4.882.999

	2023	
	Até 3 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	5.991.309	5.991.309
Posição bancada	5.991.309	5.991.309
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.991.309	5.991.309
Total	5.991.309	5.991.309

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

b) Títulos disponíveis para venda

	2024		De 3 a 5 anos
	Custo Atualizado	Valor de mercado	
Títulos Disponíveis para Venda	141.205	141.466	141.466
Carteira própria	141.205	141.466	141.466
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	141.205	141.466	141.466
Total	141.205	141.466	141.466

	2023		Acima de 5 anos
	Custo Atualizado	Valor de mercado	
Títulos Disponíveis para Venda	127.154	127.214	127.214
Carteira própria	127.154	127.214	127.214
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	127.154	127.214	127.214
Total	127.154	127.214	127.214

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2024		Exercícios 2023	
	2024	2024	2023	2023
Contratos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas	260.959	481.934	502.793	
Títulos de renda fixa	7.286	14.050	1.990	
Outros	-	-	22.207	
Total	268.245	495.984	526.990	

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, houve saldo de ajuste ao valor de mercado de instrumentos disponíveis para venda, no patrimônio líquido, referente aos ganhos/perdas não realizados, deduzidos dos efeitos fiscais no valor de R\$ 121 (2023 - R\$ 35).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Distribuidora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Já os títulos privados são custodiados junto a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados - CETIP.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram efetuadas reconciliações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.e.

7 Negociação e intermediação de valores

Os ativos e passivos financeiros aqui apresentados estão no circulante.

	2024		2023	
	Ativo financeiro	Passivo financeiro	Ativo financeiro	Passivo financeiro
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes ⁽¹⁾	12.651	4.476.327	-	5.702.171
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	-	3.783	-	3.857
Total	12.651	4.480.110	-	5.706.028

⁽¹⁾ Os saldos do ativo e do passivo referem-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais a Distribuidora presta serviço de custódia de valores.

8 Ativos fiscais

Ativos fiscais correntes

	2024	2023
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	155	136
Total	155	136

Ativos fiscais diferidos

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Distribuidora constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Distribuidora, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldos em 31 de dezembro de 2023			Saldos em 31 de dezembro de 2024		
	Constituição	Realização	2023	Constituição	Realização	2024
Provisão para outros pagamentos	376	25.286	(25.155)	507	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	84.397	70.930	(11.710)	143.617	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	43	-	(43)	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	547	983	(872)	658	-	-
Total	85.363	97.199	(37.780)	144.782	-	-

	Saldos em 31 de dezembro de 2022			Saldos em 31 de dezembro de 2023		
	Constituição	Realização	2023	Constituição	Realização	2023
Provisão para outros pagamentos	383	36	(43)	376	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	73.610	11.349	(562)	84.397	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	81	(38)	43	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	645	696	(794)	547	-	-
Total	74.638	12.162	(1.437)	85.363	-	-

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldos em 31 de dezembro de 2023			Saldos em 31 de dezembro de 2024		
	Constituição	Realização	2023	Constituição	Realização	2024
Provisão para outros pagamentos	225	15.172	(15.093)	304	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	50.638	42.559	(7.026)	86.171	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	26	-	(26)	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	329	590	(524)	395	-	-
Total	51.218	58.321	(22.669)	86.870	-	-

	Saldos em 31 de dezembro de 2022			Saldos em 31 de dezembro de 2023		
	Constituição	Realização	2023	Constituição	Realização	2023
Provisão para outros pagamentos	230	21	(26)	225	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	44.165	6.810	(337)	50.638	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	49	(23)	26	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	388	417	(476)	329	-	-
Total	44.783	7.297	(862)	51.218	-	-

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2024				
	2025	2026	2027	2028	2029
Demais anos	-	-	-	-	-
Provisão para outros pagamentos	507	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	137.814	234	102	95	2.469
Provisão para bônus e gratificação periódica	658	-	-	-	-
Total	4.068	137.814	234	102	95

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2024				
	2025	2026	2027	2028	2029
Demais anos	-	-	-	-	-
Provisão para outros pagamentos	305	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.742	82.688	140	61	57
Provisão para bônus e gratificação periódica	395	-	-	-	-
Total	2.442	82.688	140	61	57

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 175.329 (2023 - R\$ 113.420) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

9 Outros ativos - Diversos

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	145	75.395	136	69.896
Adiantamentos e antecipações	141	-	101	-
Pagamentos a ressarir ⁽¹⁾	-	-	153	-
Outros ativos diversos ⁽²⁾	14.883	7	927	6
Total	15.169	75.402	1.317	69.902

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a impostos arrecadados a maior, aguardando aprovação para registro de impostos a compensar.

⁽²⁾ Refere-se principalmente a liquidação de clientes junto a CETIP referente às operações de *International securities*.

10 Investimentos

O saldo de investimentos está representado basicamente por títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$ 15 (2023 - R\$ 15).

11 Passivos fiscais

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Passivos fiscais correntes				
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro do período	118.189	148.409		
Provisão para impostos e contribuições a recolher	14.705	21.063		
Total	132.894	169.472		
Passivos fiscais diferidos				
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro do período	717	24		
Total	717	24		
Total passivos fiscais	133.611	169.496		

12 Provisões

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências (nota 13.a)	11.613	564.190	1.299	336.399
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	22.421	1.552	25.083	1.278
Total	34.034	565.742	26.382	337.677

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2024, a Distribuidora apresentou obrigações a pagar com pessoal (Salários, Bônus, 13^o) de R\$ 2.155 (2023 - R\$ 1.777) e despesas com utilização de softwares desenvolvidos pelo Citi globalmente no valor de R\$ 21.663 (2023 - R\$ 23.646).

13 Passivos contingentes e obrigações legais

A Distribuidora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	140	1.843	136	504
Provisão para contingências - Trabalhistas	470	11.565	1.156	17.946
Provisão para contingências - Cíveis	11.003	550.782	7	317.949
Total	11.613	564.190	1.299	336.399

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 6 do Banco Central do Brasil - BCB, de agosto de 2020 com alterações previstas na Resolução nº 367 de 25 de janeiro de 2024, a Distribuidora tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 491 (2023 - R\$ 407): ação que discute a constitucionalidade da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Processo suspenso aguardando decisão do Tema 118 no STF com repercussão geral.

Fiscal - Diferenças apuradas em DCTF relativas a depósitos judiciais de terceiros - R\$ 1.247 (2023 - R\$ 0): ação em que se discute diferenças apuradas entre valores declarados em DCTF e depósitos judiciais.

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 140 (2023 - R\$ 136): discussão sobre a legalidade e inconstitucionalidade da alíquota adicional de 2,5% aplicada a instituições financeiras. Houve desistência do processo no âmbito do parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, e o processo aguarda a conversão do depósito judicial em renda para seu encerramento.

Trabalhista - as ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 800 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações civis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significativas. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre mania acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Cível: trata-se de processos civis referentes a discussões sobre a atuação na prestação de serviços à terceiros, cujas provisões foram efetuadas com base na melhor estimativa da administração e de seus assessores, considerando o estágio atual dos processos.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 1.107.968 (2023 - R\$ 1.066.913), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis condidos em 75 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 934.620 (2023 - R\$ 836.371), dos quais 12 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 5 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

Ação indenizatória - R\$ 257.445 (2023 - R\$ 231.656): trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

Ação indenizatória - R\$ 199.641 (2023 - R\$ 177.513): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a prejuízos em fundos de investimento. Inicialmente foi reconhecida a incompetência da vara, ao que o Banco apresentou recurso, que foi provido. O caso aguarda julgamento de Recurso Especial de outros réus.

Ação Indenizatória (SP) - R\$ 187.630 (2023 - R\$ 167.482): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a prejuízos em fundos de investimento. Aguardando decisão sobre o pedido de produção de provas periciais da parte autora.

Ação Indenizatória - R\$ 157.372 (2023 - R\$ 139.871): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a supostos prejuízos em fundos de investimento em que a Distribuidora atuou como custodiante e controlador. Aguardando produção de provas periciais.

Fiscal - Desmutualização - BM&FBovespa - R\$ 40.861 (2023 - R\$ 39.114): trata-se de dois processos que discutem o recolhimento de COFINS e PIS sobre o resultado auferido na conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A.. Um dos casos foi julgado de forma desfavorável na esfera administrativa e será judicializado e outro aguarda julgamento em primeira instância na esfera judicial.

Fiscal - IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 370.183 (2023 - R\$ 362.242): auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Houve julgamento favorável da apelação na segunda instância judicial. Aguarda-se a interposição de recursos pela União Federal.

Fiscal - IRRF - R\$ 510.031 (2023 - R\$ 475.109): trata-se de autos de infração que discutem imposto de renda retido na fonte relativos a investidores estrangeiros. A Distribuidora apresentou defesas e recursos que aguardam julgamentos em esfera administrativa.

Fiscal - Dedução Juros sobre capital próprio - R\$ 124.339 (2023 - R\$ 129.957): contengência estimada de IRPJ e CSLL sobre a dedução retroativa de juros sobre o capital próprio. Exoneração R\$ 11.574 de multa em caso decidido na esfera administrativa pelo voto de qualidade.

b) Movimentação das contingências

	Saldos em 31 de dezembro de 2023				Saldos em 31 de dezembro de 2024			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Fiscais	640	1						



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

iv. Plano de benefício definido

O plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.

Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.

Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024, a Distribuidora registrou despesa com remuneração do plano no valor de R\$ 285 e R\$ 144 (2023 - R\$ 311 e R\$ 123) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2024	2023
Ativos líquidos dos planos	41.294	54.406
Passivos atuariais	(35.116)	(48.605)
Superávit	6.178	5.801

As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

Moeda funcional	2024	2023
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 31/12/2024 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2023 informado pela Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a.a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a.a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a.a.
Crescimento salarial médio	Não Aplicável	Não Aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Capacidade salarial e de benefício (1)	98 %	98 %
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo, desagradada em 20%	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability desagradada em 50,00%	Mercer Disability desagradada em 50,00%
Rotatividade	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço
Entrada em aposentadoria	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:	conforme demonstrado a seguir:
Composição familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

refletir como o negócio é administrado e como as informações são fornecidas à Administração.

Foi apurado os efeitos estimados das classificações contábeis dos instrumentos financeiros para 31/12/2024 e não foi identificado impactos no Patrimônio Líquido.

Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23 introduziram um novo modelo para constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros classificados nas categorias custo amortizado (CA), valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo no resultado (VJR, somente ativos financeiros com atraso superior a 90 dias), garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar (que não sejam canceláveis incondicionalmente ou unilateralmente pela instituição).

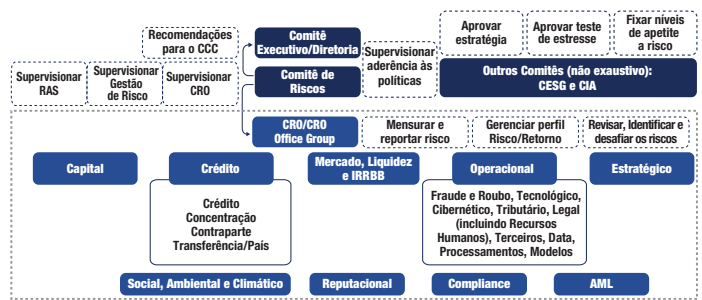
As instituições devem avaliar a perda esperada dos instrumentos financeiros considerando: a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito ("ativo problemático") e sua expectativa de recuperação de crédito.

Foi apurado impactos sobre a carteira de títulos e valores mobiliários classificados como VJORA e depósitos judiciais classificados como CA, com base nas melhores estimativas para 31/12/2024.

22 Gerenciamento integrado de Riscos

A evolução das técnicas de Gestão Integrada de Riscos (GIR) é uma tendência mundial, que está alinhada com os conceitos de Basileia. No Brasil, o tema ganhou importância por meio da publicação da Resolução 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital para o Conglomerado Prudencial Banco Citibank Brasil (Citi Brasil).

Seguindo a regulamentação, o Citi Brasil estruturou a governança de riscos conforme a figura e descrição abaixo:



Comitê Executivo (Executive Country Coordination Committee - CCC): é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

Comitê de Riscos (Country Risk Management Committee - CRMC): o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, *Interest Rate Risk on Banking Book* - IRRBB, capital, liquidez, operacional, social, ambiental, climático e estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

Grupo de Riscos (Chief Risk Officer - CRO): o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa, bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o *Chief Risk Officer* (CRO) no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo banco, o Citi Brasil, com fit, com o Grupo de Risco.

Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CESG): é composto pelas três linhas de defesa do Citi Brasil, formando um grupo multidisciplinar, que monitora, avalia e propõe avanços nas matérias de natureza social, ambiental e climática, conforme requerido pela Resolução CMN 4.945. O Comitê é responsável por propor recomendações sobre o estabelecimento e a revisão da PRSAC à Diretoria Estatutária, avaliar o grau de efetividade das ações implementadas e quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento.

Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

22.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

22.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades e identificar, medir, monitorar, controlar e reportar riscos operacionais por linha com a Resolução CMN 4.557/2017. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa.

Primeira Linha de Defesa: é responsável pelos riscos e controles associados inerentes ou decorrentes da execução de suas atividades de negócios e é responsável por identificar, medir, monitorar, controlar e reportar esses riscos de forma consistente com a estratégia, missão e proposta de valor, princípios de liderança e apetite ao risco.

Segunda Linha de Defesa: é independente da primeira linha e responsável por supervisionar e auxiliar nas atividades de tomada de risco da primeira linha, orientar a primeira linha no processo de mitigação dos riscos, e desafiar a primeira linha na execução de suas responsabilidades de gerenciamento de riscos.

Terceira Linha de Defesa: é independente das funções de primeira linha, segunda linha e suporte empresarial. A terceira linha de defesa é composta apenas pela Auditoria Interna.

Funções de Controle e Suporte: As funções de suporte empresarial se envolvem em atividades que apoiam a segurança e a solidez em toda a organização. Elas fornecem serviços de consultoria e projetam, implementam, mantêm e supervisionam programas que apoiam o Citi na manutenção de um ambiente de controle eficaz.

22.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado, alinhado aos requisitos regulatórios do *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB) e *Interest Rate Risk in the Banking Book* (IRBB), instruída por políticas internas e obedientes à regulamentação brasileira. As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "Nocional" e "Bancária" v) apuração e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade / Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade é realizada considerando os principais fatores de risco da Distribuidora, segregados em carteira de Negociação e carteira Bancária.

Fatores de Risco	Descrição	2024		
		Cenários		
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(333)	(3.727)	3.727
Total		(333)	(3.727)	3.727

a. Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Fatores de Risco	Descrição	2023		
		Cenários		
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(566)	(5.719)	5.719
Total		(566)	(5.719)	5.719

Fatores de Risco	Descrição	2024		
		Cenários		
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	122	48.913	(48.913)

Taxa de juros de outras moedas	Descrição	2023		
		Cenários		
		–	(23)	23
Total		122		